



Governo do Distrito Federal
Defensoria Pública do Distrito Federal
Defensoria Pública-Geral
Assessoria de Comunicação

Termo de Referência n.º 4/2026 - DPDF/DPG/ASCOM

1. **DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de Licenças Canva Profissional, por meio de pregão eletrônico, para atender à demanda da Assessoria de Comunicação - ASCOM, da Comunicação Interna (Gabinete) e da Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal - EASJUR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. **DA JUSTIFICATIVA**

2.1. A Assessoria de Comunicação (Ascom), a Escola de Assistência Jurídica (Easjur) e o setor de comunicação interna da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) são constantemente demandados para a elaboração de artes e vídeos institucionais, a fim de divulgar o trabalho realizado pela instituição. Assim, a contratação das licenças mostra-se essencial para o desenvolvimento das atividades rotineiras dos referidos setores.

2.2. O Canva é utilizado para o desenvolvimento de artes de forma diária. A plataforma é recomendada para a confecção de artes mais rápidas, como posts para redes sociais e stories, por exemplo, permitindo o trabalho colaborativo e célere. Além disso, também comporta o desenvolvimento de artes mais complexas, como relatórios, sendo de fácil manuseio por parte dos profissionais que dele fazem uso. O Canva permite ainda a criação de designs gráficos nos mais diferentes formatos praticados atualmente pelo mercado audiovisual, fazendo dele uma ferramenta robusta, visto que traz mais autonomia, praticidade e celeridade sem a necessidade de possuir um equipamento mais sofisticado, pois permite a edição de trabalhos na web, sem exigir um consumo exagerado de memória e outros recursos computacionais.

2.3. O quantitativo de licenças justifica-se pelo número de profissionais que terão acesso às ferramentas. A equipe da Ascom conta com 7 (sete) profissionais que trabalham produzindo artes e vídeos para todas as unidades e núcleos da instituição, muitas vezes sendo necessária a utilização de ferramenta de colaboração para que mais de um servidor acesse o mesmo arquivo ao mesmo tempo. Enquanto isso, a comunicação interna conta com 2 (dois) profissionais que necessitam de acesso ao software, a fim de confeccionar as peças de divulgação de pautas destinadas exclusivamente ao público interno; e a Easjur utilizará o restante das licenças para alimentar as redes sociais da Escola e divulgar as iniciativas específicas da unidade.

2.4. Com a aquisição das licenças contidas neste TR, a Defensoria Pública do Distrito Federal estará equipada para atender às demandas de todas as unidades de forma eficaz, com todos os recursos à disposição das equipes que trabalham nas produções da instituição.

2.5. Por fim, a contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico 2024-2027 desta DPDF, especificamente nas perspectivas:

2.5.1. IV - Comunicação e relacionamento: 1. Promover e fortalecer a comunicação interna e externa; e

2.5.2. V - Inovação, tecnologia e infraestrutura: 1. Aumentar o investimento em soluções inovadoras e tecnológicas.

2.5.3. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações - PCA 2026-DPDF, sob o ID de número 23917.

3. **DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

3.1. Contratação de empresa para o fornecimento de licenças do Canva Profissional (Equipes), conforme as especificações abaixo:

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade de usuários

01	Licenças do software Canva , para o desenvolvimento de conteúdo e marketing inteligente, no plano Canva Pro+, anualmente.	Unidade	10
----	--	---------	----

- 3.2. CATSER.: **27502** / Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software.
- 3.3. As especificações dos serviços basearam-se nas especificações predominantes de catálogo eletrônico **CATSER** do SIASG do Governo Federal, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.
- 3.4. Havendo divergência entre o Código **CATSER** e o descritivo do Termo de Referência, prevalece a descrição/especificações do Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM 01 - Licenças do software Canva, para o desenvolvimento de conteúdo e marketing inteligente, no plano Canva Pro+ (anual) para 10 usuários

- **Plano:** Canva Pro+ (anual)
- **Quantidade:** 10 unidades (usuários)
- **Recursos:**
 - Acesso a todos os recursos premium do Canva Pro+;
 - Colaboração em tempo real;
 - Processos de aprovação eficientes;
 - Comunicação centralizada e gerenciamento de materiais;
 - Ferramentas de design avançadas e modelos personalizáveis.

5. DA NATUREZA/CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1. Os serviços da contratação enquadram-se como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsão no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021.
- 5.2. Os serviços contratados caracterizam-se como contínuos, em razão da necessidade de manutenção da atividade administrativa, decorrente de demandas permanentes e prolongadas relacionadas à elaboração de artes e vídeos institucionais dos setores competentes, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/21.

6. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 6.1. Inciso I, artigo 28 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 6.2. Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, e suas alterações;
- 6.3. Instrução Normativa nº 94, de 23 de dezembro de 2022 (IN SLTI/MP 94/2022), publicada no DOU de 29/12/2022, p. 114, seção 1;
- 6.4. Portaria DPDF nº 412, de 7 de outubro de 2024;
- 6.5. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018: Regulamenta o tratamento de dados pessoais, assegurando a privacidade e proteção dos dados.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica.
- 7.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, em atenção ao art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Termo de Referência, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

8. DO MODO DE DISPUTA

8.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, nos termos do Art. 56, da Lei 14.133/2021.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Será vedada a subcontratação, tendo em vista o vasto mercado consumidor apto a fornecer o objeto contratado, de modo que a permissibilidade da hipótese incorreria em ofensa ao caráter competitivo da disputa pelo menor preço e em incentivo ao sistema burocrático, pela necessidade de gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública, em ofensa ao princípio da eficiência, consubstanciado no art. 37, *caput*, da CF/88 e previsto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

10. DO CONSÓRCIO

10.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os objetos a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado, pois, caso admitida, poderia causar um dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço, de acordo previsto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

11. DA PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA

11.1. Nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, **será permitida** a participação de sociedades cooperativas.

12. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP

12.1. Por força do art. 4º, da Lei 14.133/2021 c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a contratação será destinada **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

13. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

13.1. O objeto deste Termo de Referência não será parcelado, por se tratar de solução com item único.

14. REQUISITOS DA PROPOSTA

14.1. PROPOSTA

14.1.1. A licitante deverá apresentar proposta discriminativa contendo:

- a) nome do representante legal da empresa;
- b) especificações detalhadas do objeto, quantidade e prazo de entrega;
- c) valor unitário e total de cada item, bem como valor total da proposta, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;
- d) prazo de vencimento da proposta, não podendo este ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- e) dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do banco onde será efetuado o pagamento;
- f) CNPJ, telefone, endereço e e-mail;
- g) garantia do objeto, contra defeitos de fabricação;
- h) assinatura do representante responsável.

14.2. A empresa deverá declarar ainda que nos preços estão inclusos todos os custos, fretes, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título posteriormente.

14.3. A apresentação da proposta implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

14.4. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar a proposta conforme o modelo do **Anexo I** e apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento das licenças do software.

15. **DA SUSTENTABILIDADE**

15.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770/2012, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares, conforme Anexo I.

16. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

16.1. **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

16.1.1. Não será exigida a garantia contratual, prevista nos Art. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. **INSTRUMENTO CONTRATUAL E VIGÊNCIA**

16.2.1. Nos termos do Título III, Capítulo I, art. 95, da Lei nº 14.133/2021, exigir-se-á formalização de instrumento contratual para a contratação.

16.2.2. A vigência do contrato será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, após avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos preços praticados no mercado e preservada a vantajosidade para a administração pública.

16.2.3. O contrato poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme o Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.4. A renovação está condicionada ao ateste da autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, garantindo a continuidade dos serviços sob condições vantajosas.

16.3. **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

16.3.1. A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário.

16.4. **DO REAJUSTE**

16.4.1. O valor do contrato poderá ser reajustado, desde que solicitado pela contratada, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado.

16.4.2. Nos termos do art. 2º, do Decreto Distrital nº 37.121/2016, o índice a ser aplicado na data do reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou de outro índice que passe a substituí-lo.

16.4.3. A aplicação de novos reajustes deve considerar a data e os valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.

16.4.4. A formalização de aditamento contratual sem a concessão do reajuste, ou sem a ressalva de sua análise futura, será considerada como renúncia ou preclusão lógica desse direito.

16.5. **ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

16.5.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 132 da Lei 14.133/2021.

16.5.2. Havendo necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.6. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

16.6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.7. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.7.1. O contrato poderá ser extinto, nos termos dos artigos 137, 138 e 139, da Lei nº 14.133/2021:

16.7.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, de acordo com os art. 138, inciso I, c/c art. 139 da Lei 14.133/2021.

16.7.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, conforme o art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

16.7.1.3. por determinação de decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial, nos termos do art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

16.7.2. Nos casos de extinção contratual, caberá à CONTRATANTE a execução dos valores das multas e das indenizações a ela devidos e a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

16.7.3. Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrada pela inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme o art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

16.7.4. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos do art. 106, inciso III, da Lei nº 14.133/21.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista das participantes será especificada no Edital.

17.2. **Não será exigida** a habilitação técnica e a econômico-financeira para esta contratação, nos termos do inciso III, do Art. 70, da Lei nº 14.133/2021.

18. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

18.1. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1.1. A empresa deverá disponibilizar o acesso aos serviços no prazo máximo de **2 (dois) dias corridos** a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

18.1.2. O acesso à licença do software deverá ser autenticado via login/senha.

18.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **1 (um) dia**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.2.1. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

18.2.2. Os serviços serão recebidos **definitivamente**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

18.2.3. Na hipótese em que a verificação a que se refere o subitem anterior não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

18.2.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18.3. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

18.3.1. Durante a execução do contrato, não serão consideradas comunicações verbais.

18.3.2. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o envio de ofícios, para ciência e providências.

18.3.3. Todas as comunicações que envolvam a execução do contrato, de uma parte à outra, serão consideradas como suficientes desde que efetuadas oficialmente via Sistema Eletrônico de Informação (SEI) ou qualquer outro meio que comprove o recebimento, como mensagens eletrônicas (e-mails).

19. DA GARANTIA DO OBJETO

19.1. Os objetos deverão dispor de garantia mínima prevista no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a Lei Federal nº 8.078, de 1990 ou de **12 meses**, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.

20. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e os termos de sua proposta.

20.2. Exercer o acompanhamento e a entrega dos logins/senhas, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega dos bens, fixando prazo de 3 (três) dias para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

20.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, após o atesto e a aprovação das aquisições.

20.5. Aplicar as sanções previstas neste Termo de Referência, assegurando à contratada o contraditório e a ampla defesa.

20.6. Permitir, dentro das normas internas, o livre acesso dos empregados da contratada às suas instalações, quando necessário.

20.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

20.8. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente instrumento, no edital e no contrato, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

21.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo/plano e prazo de garantia*;

21.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 1 (um) dia, fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

21.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.5. Arcar com todos os custos necessários para a execução dos serviços, incluindo despesas dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir.

21.6. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor atualizado inicialmente contratado, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

21.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, bem como a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

- 21.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto.
- 21.9. Zelar pelo sigilo e pela segurança das informações a que tiver acesso em decorrência da execução contratual.
- 21.10. Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.
- 21.11. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, além de sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 21.12. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como aquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.
- 21.13. Indicar formalmente preposto, visando ao estabelecimento de contatos com a CONTRATADA durante a vigência do contrato; e
- 21.14. Responsabilizar-se-á, pela segurança do prestador de serviço diretamente envolvido na execução dos serviços.

22. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 22.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a disponibilização do software, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 22.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

23. DO PAGAMENTO

- 23.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 23.2. O pagamento será realizado em parcela única para a utilização da licença por 12 meses.
- 23.3. Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Receita Federal do Brasil, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas ou em situação irregular.
- 23.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- 23.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 23.6. O pagamento somente será autorizado após os seguintes procedimentos:
- a) Recebimento provisório e definitivo do objeto;
 - b) Atesto da Nota Fiscal;
 - c) Relatório circunstanciado de execução contratual.
- 23.7. A Nota Fiscal, física ou eletrônica, deverá ser emitida em conformidade com a legislação tributária vigente à época da operação, contemplando todos os tributos incidentes aplicáveis, inclusive aqueles instituídos no âmbito da Reforma Tributária, tais como a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), bem como quaisquer outros tributos que venham a substituí-los ou complementá-los.

23.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

23.9. Caso se constate o descumprimento de obrigações contratuais ou de manutenção das condições exigidas para pagamento poderá ser concedido um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

23.10. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

23.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

23.12. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação pro rata tempore do IPCA, nos termos do art. 3º, do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações vigentes.

23.13. O pagamento será efetuado de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira previstas no Decreto Distrital nº 32.598/2010 e alterações posteriores

23.14. Às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, de acordo com o Decreto Distrital nº 32.767/2011.

23.15. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

24. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, bem como às demais legislações pertinentes em decorrência de inadimplemento contratual.

24.2. A CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas infrações contidas no art. 155, incisos I a XII, da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

24.3. **Espécies previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:**

- I - advertência;

- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

24.4. A sanção prevista no inciso I dar-se-á quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

24.5. A sanção apresentada no inciso II será calculada nos termos do §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/21;

24.6. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,50% - por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 15% (quinze por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 1% - por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% - sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% - em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 30% sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

24.7. Quanto à sanção do inciso III, será aplicada quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do art. 155, da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021);

24.8. A respeito da sanção presente no inciso IV, será aplicada quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do art. 155, da Lei nº 14.133/21, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021;

24.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 156, da Lei nº 14.133/21, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, Lei nº 14.133/2021);

24.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

24.11. A aplicação das sanções previstas no *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

24.12. Na aplicação da sanção do inciso II do art. 156, da Lei nº 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

24.13. A aplicação das sanções dos incisos III e IV do art. 156, da Lei nº 14.133/21, requererá a instauração de processo de responsabilização, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

24.14. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista neste instrumento.

25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

25.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 5.320,00 (cinco mil trezentos e vinte reais), conforme tabela deste título.

25.2. A estimativa de preços foi elaborada segundo o Decreto Distrital nº 44.330/23.

Item	Modelo	U.M	Quantidade de usuários	Valor unitário R\$	Total estimado R\$
1	Licenças do software Canva , para o desenvolvimento de conteúdo e marketing inteligente, no plano Canva Pro+, anualmente.	Unidade	10	R\$ 532,00	R\$ 5.320,00
TOTAL					R\$ 5.320,00

26. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

26.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados pela Defensoria Pública do Distrito Federal, em conformidade com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

26.2. O detalhamento da dotação orçamentária é aquele especificado no edital.

27. **DAS PUBLICAÇÕES**

27.1. A eficácia do contrato fica condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Distrito Federal, que deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato ou de seus aditamentos, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

28. **DO FORO**

28.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento da presente contratação.

29. **DO COMBATE À CORRUPÇÃO**

29.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone [0800-6449060](tel:0800-6449060).

30. **LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS Nº 13.709/2018**

30.1. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato. A contratada deverá ter ciência da existência da LGPD e se comprometer a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados. O canal de comunicação, em caso de incidentes de segurança, será a Unidade Gestora da Lei Geral de Proteção de Dados - UGLGPD, por intermédio do endereço de correio eletrônico: uglgpd@defensoria.df.gov.br, bem como os fiscais e gestores responsáveis pela execução contratual.

31. **ANEXOS**

31.1. Anexo I: Modelo de Proposta

32. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

32.1. **Elaborado por:**

LUDIMILA DE MELO MIRANDA

Integrante requisitante

CAROLINE BCHARA NOGUEIRA

Integrante administrativo

LUIZ RICARDO CABALEIRO D'ÁVILA

Integrante técnico

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA

À Defensoria Pública do Distrito Federal,

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede no endereço _____, na cidade de _____, atendendo à estimativa de preços para o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/202____, vem apresentar sua proposta preços, conforme as quantidades e especificações abaixo, para atendimento das necessidades da DPDF:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Licenças do software Canva , para o desenvolvimento de conteúdo e marketing inteligente, no plano Canva Pro+, anualmente.	Unidade	10		
VALOR TOTAL					

Declaração:

A [NOME DA PROPONENTE] declara que os preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do certame.

A [NOME DA PROPONENTE] declara que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770/12.

Prazo de validade da proposta : (mínimo 60 (sessenta) dias corridos da data de assinatura)

Nome da Empresa: Endereço: CNPJ: Telefone: Banco / Agência / Conta da Empresa: E-mail:

Local, Data e Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ RICARDO CABALEIRO D'AVILA - Matr.0001110-4, Gestor(a) do Contrato**, em 11/05/2026, às 14:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUDIMILA DE MELO MIRANDA - Matr.0001290-4, Chefe da Assessoria de Comunicação**, em 11/05/2026, às 14:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE BCHARA NOGUEIRA - Matr.0254109-2, Analista de Apoio à Assistência Judiciária - Comunicação Social - Jornalismo**, em 11/05/2026, às 14:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **202422694** código CRC= **AC29EC1D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 3º Andar, Sala 314 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 -
Telefone(s): 3350-6133
Sítio - www.defensoria.df.gov.br

00401-00003857/2026-15

Doc. SEI/GDF 202422694

Criado por [caroline.nogueira](#), versão 6 por [caroline.nogueira](#) em 11/05/2026 14:06:32.